

Ensino de português língua estrangeira/EPLÉ

a emergência de uma especialidade no Brasil

José Carlos Paes de Almeida Filho

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ALMEIDA FILHO, JCP. Ensino de português língua estrangeira/EPLÉ: a emergência de uma especialidade no Brasil. In LOBO, T., CARNEIRO, Z., SOLEDADE, J., ALMEIDA, A., and RIBEIRO, S., orgs. *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias* [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 723-728. ISBN 978-85-232-1230-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.



Ensino de português língua estrangeira/EPLE: a emergência de uma especialidade no Brasil

José Carlos Paes de ALMEIDA FILHO
Universidade de Brasília

Introdução

O ensino de Português para falantes de outras línguas e participantes de outras culturas existe como prática no Brasil desde o seu início colonial. A consciência generalizada de que essa é uma área de atuação profissional acadêmico-científica pode ser datada em pouco mais de 20 anos. A percepção de que temos uma prática institucionalizada crescente em novos postos de ensino do Português para falantes de outras línguas no Brasil e exterior abre caminho para a instauração dessa especialidade no campo da Teoria do Ensino e Aprendizagem das Línguas, campo esse constituinte da Linguística Aplicada contemporânea brasileira. Uma avaliação do nosso desenvolvimento por 14 critérios explícitos (ALMEIDA FILHO, 2007) mostrou recentemente um índice médio modesto de desenvolvimento. A média obtida ficou somente um pouco além de uma nota 5 em 10 dessa área de especialidade.

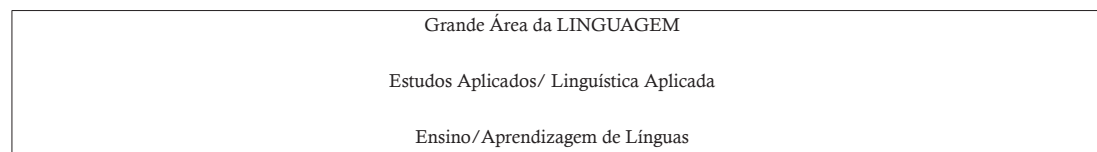
Nesta apresentação, pretendo abrir uma cronologia periodizada de fatos e personagens relevantes para uma história do *Português Língua Estrangeira* (PLE) enquanto campo de trabalho e especialidade acadêmico-científica no país desde a fundação do Brasil até esta data, realçar o nascimento da consciência da especialidade que eu mesmo testemunhei, destacar alguns avanços e, principalmente, anotar dificuldades e perspectivas para a nova geração de atuantes na estratégica área de *Ensino de Português Língua Estrangeira* (EPLÉ).

1 A especialidade de PLE

O que está implicado na expressão *área de especialidade* de que me sirvo para retratar a condição acadêmico-científica dessa modalidade de ensino de línguas é a natureza do trabalho de ensino e atividade de pesquisa no âmbito do PLE. Para situar essa especialidade, vou invocar uma hierarquia de termos que poderá esclarecer os sentidos que empresto à área do PLE. Essa hierarquia taxonômica está afeita à área maior da Linguagem ou Grande Área da Linguagem. Esse nóculo mais alto compreende as três ciências da Linguagem, a saber, a da Estética da Linguagem, englobando a tradicional área das literaturas e sua teorização, a da Linguística, referindo-se aos estudos da estrutura e funcionamento da linguagem humana, e a dos Estudos Aplicados ou Linguística Aplicada, como muitas vezes é rotulado esse terceiro segmento, produzido a partir de investigações de natureza aplicada sobre questões de linguagem na prática social.

A pesquisa aplicada gera conhecimentos de uma certa natureza epistêmica para subáreas como a do Ensino-Aprendizagem de Línguas (à qual se prende o PLE mais abaixo), Tradução (incluindo a Interpretação e a Legendagem), Lexicografia e Terminologia Aplicadas, Relações Sociais Mediadas pela Linguagem (vide ALMEIDA FILHO, 2008). Abaixo da subárea de Ensino de Línguas, está a especialidade de Ensino e Aprendizagem de Segundas Línguas e de Línguas Estrangeiras à qual se prende, afinal, o PLE, entre outras, como Línguas de Ensino Massivo e Línguas Menos Comumente Ensinadas. Vejamos na Figura 1 uma representação gráfica dessa hierarquia explicitada até aqui:

Figura 1: Representação da Hierarquia de Níveis contendo o PLE



2 Marcos de uma cronologia do ensino de PLE

É preciso distinguir, primeiro, entre uma cronologia de EPLE e a emergência e vigência de uma especialidade da área de *Ensino e Aprendizagem de Línguas* (EALin), a saber, a do *Ensino de Português para Estrangeiros*. O ensino de línguas tem uma longa história enquanto campo de trabalho e de um ofício passível de treinamento de aprendizes desejosos de ingressar no ramo. Como especialidade teórico-acadêmica com formação específica nas universidades, com disciplinas formadoras reconhecíveis, com acervo de obras públicas especialmente nesse foco, com publicações de resultados de estudos e pesquisas, com o apoio de uma associação de professores e pesquisadores, com revistas e congressos, numa vertente de consciência profissional com carreira e contratos de trabalho específicos, nossa história é bem mais recente. Conforme veremos adiante, o afloramento de uma autopercepção profissional em especialidade tem pouco mais de vinte anos.

Pela carta de Caminha, escrita nos primeiros dias da Colônia, sabemos que degredados foram “deixados” com os índios, para que se tornassem “línguas” por imersão, ou seja, para que pudessem vir a servir os colonizadores como intérpretes das línguas brasileiras. Eles tinham de adquirir a língua autóctone no convívio espontâneo com as etnias da nova terra. Mas houve ensino de Português nos Colégios que se seguiram ao Colégio de Salvador, fundado em 1550, tendo à frente o padre Vicente Rodrigues. Logo após, fundaram os jesuítas a segunda escola brasileira: o Colégio dos Meninos de Jesus de São Vicente (inaugurado em 1553), onde se ensinava o jovem habitante da nova terra a falar, ler e escrever em Português. Os professores podiam ser improvisados, como ainda se pode flagrar aqui e acolá no Brasil de hoje: para a Bahia, por exemplo, foram trazidos da metrópole sete pivetes, garotos infratores órfãos da rua, para auxiliar no ensino do Português para os índios. Padres católicos foram trazidos também, nessa época, para aprenderem a gramática das línguas indígenas, de modo a facilitar a interpretação do ensino feito em Português. Aqui já entrevemos um cadinho de soluções de ensino e aprendizagem de línguas dessa fase colonial. Em 1554, fundou-se o Colégio de São Paulo de Piratininga no mesmo local que hoje se denomina Pátio do Colégio e cresceu a rede de escolas de primeiras letras na Colônia. Para conhecer uma linha do tempo contendo estas indicações e muitas outras sobre a história do ensino de línguas no Brasil, veja-se a página eletrônica *História do Ensino de Línguas no Brasil* (HELB), no endereço www.helb.org.br. O estudo, o ensino e a publicação de gramáticas ocupou a maior parte do clero jesuíta no século seguinte, o século XVII. No século, dezoito abala-se o sistema jesuíta, com a expulsão dos padres de seus 17 colégios, à época do Editto do Marquês de Pombal, em 1757.

No Império, já no século XIX, contratam-se professores de línguas da Europa para atuarem na Corte do Rio de Janeiro ensinando Francês e Inglês aos cortesãos e elite de comerciantes que podia educar-se. Por fim, o século XX inaugura nos anos 30 o ensino dito moderno de línguas no Brasil. Em 1935, são publicados os 2 primeiros livros teóricos sobre o EALin, os livros de Maria Junqueira Schmidt (*O ensino científico das línguas*) e de Fernando Carneiro Leão (*O ensino das línguas vivas*). Na década de 70, universaliza-se o ensino público gratuito e o ensino baseado em métodos tem dias gloriosos com o estruturalismo audiolingual. Em 78, inicia-se o movimento comunicacional de ensino de línguas no Brasil com a realização do primeiro seminário sobre a nova abordagem de ensino de línguas sob critérios não gramaticais. A formação de professores se amplia com níveis muito menores do que os necessários. Livros didáticos para o ensino de línguas ditas estrangeiras não são distribuídos aos alunos das escolas públicas como ocorre com as outras disciplinas. Falta uma política direcionadora e sobram preconceitos, ideologismos e ignorância sobre os processos de aprender línguas. No final da década de 80, aparecem claros sinais da emergência da área de *Português Língua Estrangeira* (PLE), conforme veremos adiante.

3 Sinais da emergência de uma área de especialidade em PLE

Marcas significativas do surgimento de uma nova especialidade no Ensino de Línguas no Brasil começam a aparecer na abertura de cursos para alunos estrangeiros no sul do Brasil, como o curso de PLE da Universidade Católica do Rio Grande do Sul, para o qual a Professora Mercedes Marchand criou um manual didático *O ensino de português para estrangeiros* em 1957, tendo sido publicado pela Editora Sulina do Rio Grande do Sul.

Nos anos 60, ocorre o ciclo efervescente de criações de cursos universitários de Português em universidades dos Estados Unidos do qual o livro *Modern Portuguese* é talvez o melhor símbolo. O manual produzido em 66 por um time de especialistas no ensino de línguas incluía o linguista aplicado pernambucano Francisco Gomes de Matos e a escritora cearense Dinah Silveira de Queiroz, encarregada da elaboração de diálogos do livro.

A década seguinte assiste à criação de cursos de PLE para estrangeiros na USP e na UNICAMP, no ano de 1976. Soluções administrativas muito distintas para a implantação mostram o acerto da UNICAMP em instituir o PLE como disciplina de catálogo e permitir a contratação de docentes pesquisadores de carreira para seu quadro. Com o passar dos anos, esse acerto frutificaria com várias iniciativas de consolidação da área a partir do Departamento de Linguística Aplicada, que abrigou a emergente área com grande visão de futuro. A USP, ao contrário, implantou o PLE como extensão desvinculada da graduação e da pós-graduação. Essa providência não prejudicou a oferta de cursos ao grande contingente de alunos estrangeiros na Instituição, mas também não alçou o trabalho de ensino do Português para Estrangeiros a níveis mais impactantes de estabelecimento da nova especialidade.

Considero que os sinais de uma autêntica visão de área viriam a ser inequívocos a partir da instalação do PLE nessas duas grandes universidades paulistas a partir de 76. No entanto, é no final da segunda metade da década de 80 que aparece a primeira de uma série de coletâneas de artigos sobre o ensino de PLE sob minha coordenação acadêmica (ALMEIDA FILHO, 1989). Até então, não havia literatura específica publicada tanto no Brasil quanto em Portugal sobre aspectos do ensino de Português para falantes de outras línguas. No início dos anos 90, organiza-se a *Sociedade Internacional para o Português Língua Estrangeira* (SIPLE), durante o *II Seminário Nacional de Linguística Aplicada* ocorrido na UNICAMP, em outubro de 1993. Nesses anos iniciais do MERCOSUL, que emprestou vigor a várias iniciativas de consolidação da área de PLE, vimos ainda a instalação, em 1993, do *Exame Nacional de Proficiência em PLE*, o *Exame Celpe-Bras*, instituído a partir do recém criado Exame ENPE por mim coordenado e pilotado já nos países do Tratado de Assunção em anos anteriores. O *Exame Celpe-Bras* se alinhava então com pressupostos comunicacionais vanguardistas expostos no meu livro *Dimensões comunicativas no ensino de línguas*, lançado nesse mesmo produtivo ano de 1993.

O restante da década viu iniciativas importantes, como a preparação de congressos nacionais e internacionais, mais publicações de livros e edições especiais de revistas

universitárias sobre o tema do ensino de PLE e a apresentação de resultados de projetos de pesquisa de Mestrado e Doutorado ao redor de tópicos de uma agenda brasileira para o PLE. O grosso dessa preciosa produção, ventilado e discutido no hoje extinto GT de PLE junto à ANPOLL, está registrado no meu artigo para a biblioteca digital especializada do Museu da Língua Portuguesa “O ensino do português como língua não-materna” (ALMEIDA FILHO, 2006).

A emergência da área de PLE possibilitou ainda a visibilização de especialistas agora convocados a ofertar inúmeros cursos de formação inicial e principalmente continuada de atualização para professores de PLE no Brasil e exterior, esses últimos com o patrocínio do Ministério de Relações Exteriores do Brasil, em colaborações esporádicas com Embaixadas do Brasil no exterior, Universidades Estrangeiras, com a UNESCO e União Latina, entre outros, desde 1991.

Apesar da marcha dos acontecimentos iniciada neste texto, não possuíamos até 2007 um balanço da qualidade do nosso desenvolvimento enquanto área no Brasil. Nesse ano, lancei com a colaboração de Maria Jandyra C. Cunha, da Universidade de Brasília, um volume de autoria sobre o PLE, do qual consta um artigo especial sobre nosso estágio presente de desenvolvimento e carências (cf. ALMEIDA FILHO; CUNHA, 2007). De um máximo de 10 pontos, as avaliações das iniciativas brasileiras produzidas sob 14 critérios específicos apresentaram um índice pouco abaixo de 5. Esse indicador aponta, numa distribuição desigual de pontos nos quesitos, para um nível médio de IDE= 5.2, nada mal para a nossa história recente do PLE já com consciência de área. A falta de uma política explícita e oficial para o EPLE se destaca entre os quesitos com avaliações negativas no exercício de análise que praticamos para essa publicação.

4 Quebra de barreiras e ações recomendáveis

A introdução da especialidade em cursos de Letras ou em programas de pós-graduação nem sempre é tranquila. As unidades administrativas das áreas de saber são estabelecidas politicamente numa dada época e um *establishment* de poder as mantém por quanto tempo durar o seu poder. Assim, quando houver o desejo de uma parte do corpo docente ou ainda o de uma outra parte alheia à instância, esse desejo de introdução do PLE será tratado por esse poder político no setor que puder chamá-lo a si, geralmente no bojo da grande área da Linguagem. Pode-se, portanto, encontrar o PLE atrelado a quem detiver os direitos de gestão da Língua Portuguesa, mesmo que essa unidade não possua atividades de pesquisa sobre a dimensão “ensino de língua estrangeira”, isso com óbvias perdas para a área de especialidade e para os alunos em si.

As tradições serão, dessa forma, muito diferentes em cada situação e o poder de antiguidade das unidades conferirá o poder de anexação da nova especialidade. Sem esse vetor, a instalação, a integração e a troca de um para outro *locus operandi* seriam operações simples e realizadas sempre no melhor interesse do público que sustenta as instituições com impostos pagos ou taxas diretamente recolhidas de alunos.

Um problema anterior a esse da departamentalização é o da falta de consciência do valor estratégico da especialidade de PLE. Essa ignorância impede a introdução de disciplinas, bloqueia a contratação de professores em postos de carreira, adia a institucionalização de disciplinas no currículo que abririam portas de formação para atuação posterior de egressos de cursos de Letras como professor(a) de PLE no Brasil e em outros países. A valorização da Língua Portuguesa na perspectiva de uma língua estrangeira, ao contrário, carregaria vantagens em escala para os indivíduos, para as instituições e para o país em âmbitos diversos, como o das publicações especializadas, dos exames de proficiência e de materiais didáticos, por exemplo.

A recomendação que já foi objeto de uma moção aprovada no *II Encontro Nacional de Políticas para o Ensino de Línguas Estrangeiras* (II ENPLE), por ocasião da edição da *Carta de Pelotas*, é a de que os cursos de Letras incluam imediatamente o estudo do PLE em seus currículos, de modo a alargar o horizonte de interesses acadêmicos e profissionais dos egressos. A outra possibilidade seria uma instrução pelo Ministério de que os cursos novos e antigos de Letras tivessem um tempo definido para ajustar seus currículos à inclusão do PLE. A consciência dessa especialidade e o estágio de desenvolvimento da área que pensamos haver reconhecido neste trabalho nos dão segurança de que o tempo é chegado.

Referências

- ALMEIDA FILHO, J. C. P. O ensino de português como língua não-nativa. In: Biblioteca Virtual do Museu da Língua Portuguesa. São Paulo, 2006. Disponível em: www.estacaodaluz.org.br.
- ALMEIDA FILHO, J. C. P. (2008). A Linguística Aplicada na grande área da Linguagem. In: SILVA, K. A.; ORTIZ ALVAREZ, M. L. (Org.). *Perspectivas em Linguística Aplicada*. Campinas: Pontes Editores.
- ALMEIDA FILHO, J. C. P. (1993). *Dimensões comunicativas no ensino de línguas*. Campinas: Pontes.
- ALMEIDA FILHO, J. C. P. (1989). *O ensino de português para estrangeiros: planejamentos de cursos e produção de materiais didáticos*. Campinas: Pontes.
- ALMEIDA FILHO, J. C. P.; CUNHA, M. J. C. (2007). *Projetos iniciais no ensino de português para falantes de outras línguas*. Brasília: Editora da UnB.
- MARCHAND, M. (1957). *Português para estrangeiros*. Porto Alegre: Edições Sulinas.

COLOFÃO

Formato	19,5 x 27 cm
Tipologia	Calisto MT 11/16 Albertus MT 25/27
Papel	Pólen 75 g/m ² (miolo) Cartão Supremo g/m ² (capa)
Impressão e acabamento	Gráfica Santa Marta
Tiragem	500 exemplares

